

# BOLETIM ADUNICAMP

http://www.adunicamp.org.br e-mail: adunica@uol.com.br tel./fax (019) 289-1148 / 289-5229 / 788-8152 / 788-7173

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp Campinas, São Paulo Nº 13 22/07/98

## A intervenção na UFRJ

### Cronologia

#### 28 e 29 de abril

Consulta organizada pela comunidade dá

1º colocado: Aloísio Teixeira, com 42% dos votos

2º colocada: Vera Lúcia R. de Castro Halfown

3º colocado: José Henrique Vilhena de Paiva, com 11% dos votos

Após a apuração, a 2ª colocada renuncia à participação na lista tríplice, apoiando o 1º colocado.

No Colégio Eleitoral, Aloísio recebe 62 votos e Vilhena, 31.

#### 7 de julho

O Ministro Paulo Renato Costa Souza indica e o Presidente da República sanciona o nome do terceiro colocado na consulta, Vilhena, para reitor da UFRJ.

#### 8 de julho

Alunos e funcionários ocupam o saguão da reitoria e a sala do Conselho Universitário (CONSUNI), na Cidade Universitária, no Fundão .

#### 9 de julho

O *Jornal do Brasil* publica a interessante manchete : “O ministro (Paulo Renato) defendeu a autonomia das universidades como alternativa para contornar as críticas de interferência do governo na escolha de reitores.”

#### 12 de julho

Elio Gaspari apresenta, na *Folha de São Paulo*, um detalhado histórico sobre a intervenção na UFRJ. Nem Paulo Renato, nem Fernando Henrique aceitam Aloísio Teixeira. A antipatia mais importante, a do Presidente, viria dos tempos de glória de Ulysses Guimarães. Aloísio fazia parte da “turma do poire” e ele, Fernando, não. Imperdoável. Paulo Renato teria insistido na necessidade de Aloísio se reunir e negociar com os diretores de alguns institutos que se opunham à sua nomeação. Após idas e vindas, tal reunião teria se realizado na Segunda, dia 6 de julho, no Fundão. Os opositoristas teriam, então, apresentado as suas “reivindicações”: (1) discutir a nomeação dos sub-reitores; (2) compromisso de reformulação do Conselho Universitário; e (3) redefinição dos critérios de indicação dos próximos reitores. Aloísio não teria respondido a essas reivindicações. “No dia seguinte, FFHH fez o que sempre

quis fazer: nomeou outro professor (não importa qual), mas não nomeou Aloísio Teixeira.”

#### 15 de julho

O *Estado de São Paulo* noticia: “Até ontem, 39 das 47 unidades e cinco dos seis decanos da universidade (UFRJ) eram contrários à posse de Vilhena. Assim como a maioria dos alunos, professores e funcionários e funcionários eles defendem a nomeação de Aloísio Teixeira, que venceu com 42% dos votos uma consulta feita em abril. Vilhena ficou em terceiro, com 11%.

O item II do “Relatório da audiência da diretoria da ANDES-SN com o Ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato Souza” reza:

“II- Sobre a nomeação dos reitores da UFRJ e da UFBA

**ANDES:** Os diretores presentes reiteram a posição da ANDES-SN de respeito ao processo decisório adotado em cada comunidade universitária, quanto a escolha democrática de seus dirigentes e a nomeação do mais votado. Os diretores ressaltaram, no que respeita à UFRJ, a profunda preocupação quanto ao futuro daquela Universidade, frente a umânime rejeição à nomeação do Prof. Vilhena, ilegítimamente nomeado. A diretoria da ANDES-SN, exige a pronta intervenção do Ministério, revertendo a situação por ele próprio criada, nomeando o Prof. Aloísio Teixeira para o cargo para o qual foi democraticamente eleito.

Ministro: Afirmou ter havido tentativas infrutíferas de acordo entre as partes envolvidas que o levaram a adotar a atitude que adotou. Sobre a crise e possíveis desdobramentos, respondeu que já havia feito o que lhe competia: nomear um reitor.

**ANDES:** Tendo 39 das 47 Unidades da UFRJ se pronunciado pedindo a renúncia do Reitor nomeado, qual a posição do Ministro?

Ministro: Se pronunciou, repetindo que já fez o que lhe competia.

**ANDES:** E a nomeação também ilegítima do Reitor da UFBA?

Ministro: Declarou que o critério utilizado foi o de maior representatividade acadêmica do Prof. Heonir Rocha, e que este foi um critério utilizado em todas as nomeações .”

## 16 de julho

Assembléia da Associação de Docentes da UFRJ (ADUFERJ) aprova por unanimidade:

1. Insistimos na renúncia do interventor e na nomeação do reitor eleito.

2. Repudiamos qualquer tentativa de nomear um Reitor que não tenha sido referendado e legitimado pelo voto da comunidade universitária.

3. Nova Assembléia Comunitária dia 22 de julho, às 12 h0ras no hall da Reitoria. Recomendamos que esta assembléia seja precedida de reuniões comunitárias locais nas unidades/centros.

4. Ato público no dia 23 de julho, em local a ser confirmado.

## 17 de julho

O *Jornal do Brasil* noticia: "Depois de um almoço com o Ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato Souza, Vilhena anunciou a liberação de R\$ 4.846.806,00, pelo MEC, para as áreas de saúde da universidade e para outros gastos. Deste total, R\$ 2.700.000,00 serão destinados ao pagamento de contas atrasadas à Light. Por causa dessa dívida, a UFRJ já estava com seu nome inscrito no Cadastro de Inadimplentes (Cadin). O reitor disse que não recebeu qualquer orientação do ministro sobre a crise na universidade. Paulo Renato também não quis falar sobre o assunto"

Na *Folha de São Paulo*, Luís Nassif responde Elio Gaspari. Diz que "a história sobre a nomeação do Reitor da UFRJ teve apenas uma versão, a do Prof. Aluísio Teixeira". Para corrigir esta situação, ele nos apresenta a versão do Ministro da Educação e do Desporto. Descontados os adjetivos, a versão é exatamente a mesma apresentada por Elio Gaspari. Através de alguns professores que se opõem a Aluísio, o MEC estabelece as "condições mínimas" para a sua nomeação: negociação dos pro-reitores, reformulação do Conselho e redefinição dos critéri-

os para indicação da lista tríplice de reitor. Estranhamente, nem Nassif, nem Gaspari destacam que tal procedimento configura claramente uma intervenção na UFRJ. Nassif, entretanto, noticia que o Ministro ameaça formalizar esta intervenção, caso o Vilhena venha a renunciar.

Publicado pelo O Estado de S. Paulo em 18/07/98

### Antropólogo Gilberto Velho apóia a nomeação de Vilhena para a UFRJ

Professor da universidade há 29 anos, ele afirma que o governo eleito tem direito à escolha

FELIPE WERNECK  
Especial para o Estado

**R**IO - O antropólogo Gilberto Velho, de 53 anos, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) há 29, é um dos signatários de um manifesto que defende a escolha do novo reitor da universidade, José Vilhena, impedido de entrar na Reitoria desde sua posse, na semana passada. Leia a seguir os principais trechos da entrevista com o professor, que revelou que o reitor teria recebido ameaças de morte por telefone.

Estado - Hoje circulam dois manifestos na UFRJ, um de apoio ao reitor José Vilhena, assinado pelo senhor e por outros 25 professores, e outro pedindo sua renúncia e a nomeação de Aloísio Teixeira - candidato eleito pela comunidade universitária -, que já tem a assinatura de cerca de 7 mil professores, alunos e funcionários (800 de professores). Para o senhor, qual seria a solução para o impasse instaurado na universidade?

Gilberto Velho - Sempre acredito na possibilidade do diálogo e do entendimento, mas considero isso difícil quando identificamos comportamentos agressivos e truculentos. Essa foi uma das razões básicas para que fizéssemos esse manifesto. O professor Vilhena e sua família foram até mesmo ameaçados, tiveram de chamar a polícia e sair de casa. Esse tipo de comportamento antidemocrático preocupa-me muito. Mas sou um otimista e acredito que a razão prevalecerá para que se encontre uma solução.

Estado - O apelo de cinco dos seis decanos e dos conselhos de 39 das 47 unidades acadêmicas da UFRJ pela renúncia do reitor, além da ocupação da Reitoria, são evidências de uma crise de governabilidade na instituição?

Velho - Eu acho que isso pode ser superado. O Vilhena é uma pessoa séria, digna e tem um cargo para o qual foi nomeado legal e legitimamente pelo Presidente da República.

Estado - Os que apóiam Teixeira alegam que a decisão do governo fere uma tradição que

existia desde a redemocratização do País, de respeitar a indicação do nome mais votado.

Velho - Nem toda tradição é boa. Isso é muito pouco, não é razão para se passar por cima da lei. O governo, que é democrático, eleito e legítimo, tem o direito de ter opções e escolher um dos nomes da lista tríplice. Ele é o responsável pela universidade, que é federal, e não autônoma. Talvez fosse o caso de lutar para mudar a lei e não de contestá-la, mas a posição dos manifestantes é unilateral. O clima de animosidade agressiva é contraproducente. Precisamos superar a politização da universidade de para resolver o impasse.

Estado - O diretor do Museu Nacional, Luiz Fernando Duarte, manifestou-se a favor do processo de escolha do reitor, mas admitiu que a posição da maioria dos professores do Museu é favorável a Teixeira. Como o senhor vê isso?

Velho - Certamente muita gente não concorda com a posição dele, mas essa posição não é a favor do Vilhena, mas de que o princípio da lista seja respeitado.

"TALVEZ  
FOSSE O CASO  
DE LUTAR PARA  
MUDAR A LEI"

### Esse mundo é pequeno

Há alguns anos, o mesmo antropólogo carioca foi um dos nomes de destaque da campanha em favor da Monarquia. Interessante notar que o plebiscito Monarquia ou República (ai, que dúvida!) foi aprovado pela Constituinte graças ao apoio dos pessedebistas.

## Está em curso o processo de privatização do ensino superior

Representantes dos governos federal e estadual têm negado reiteradamente suas intenções de implementar a privatização das universidades. É bom lembrar que atualmente as instituições públicas de ensino superior possuem pouco mais de 30% dos alunos matriculados nesse nível. E essa participação poderá cair ainda mais nos próximos anos. Recentemente, o MEC divulgou um documento assinado pela presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Maria Helena Guimarães de Castro, revelando que a década de 90 vem sendo marcada por uma rápida e extraordinária expansão do ensino médio no País. Entre 1994 e 1997, registrou-se um crescimento de 42% das matrículas em cursos de 2º grau. Em 1997, 1,2 milhões de estudantes concluíram o ensino médio e, em 1998, esse número deverá atingir a casa dos 1,5 milhões, representando um crescimento de aproximadamente 30%. Considerando que os investimentos governamentais no ensino profissionalizante de nível médio continuam escassos, grande parte desses jovens ficará entre o desemprego e a busca

de uma vaga na universidade. A demanda por vagas nas universidades tem crescido significativamente nos últimos anos. Em 1990, havia 658 mil alunos concluindo o nível médio e uma oferta de, aproximadamente, 560 vagas no ensino superior. Em 1997, essa relação passou para 1,2 milhões de estudantes para 638 mil vagas, ou seja, evoluiu de 1,2 para 2 alunos por vaga. Em outra pesquisa realizada em 1997, apenas com alunos concluintes de cursos médios da rede pública de nove estados da Federação, o Instituto mostrou que 31,5% desses jovens têm como principal expectativa o ingresso no ensino superior. Como a universidade pública responderá a essa situação? Considerando as atuais políticas de financiamento nas áreas de ensino e pesquisa implementadas pelos governos federal e estadual não resta dúvida que o resultado será o estreitamento ainda maior do acesso à universidade pública e a conseqüente expansão do mercado para as instituições privadas. De certa forma, isso vem reforçar, mesmo que indiretamente, o processo de privatização do ensino superior no Brasil.